



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO
"CONSUMIDOR - SEJUC"



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 007/2023.

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA QUE ENTRE SI CELEBRAM O MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE, ATRAVÉS DA PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA, E A SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR - SEJUC.

O Estado de Sergipe, por meio da **Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor - SEJUC**, pertencente à Administração Direta do Poder Executivo, inscrita no CNPJ/MF sob nº 34.841.226/001-37, com sede na Rua Antônio de Andrade, nº 981, Bairro Coroa do Meio, Aracaju/Se, doravante denominada SEJUC, representada neste Ato pela Senhora Secretária Viviane Cruz Pessoa, brasileira, maior, casada, portadora do R.G. nº 1.189.795-SSP/SE e inscrita no CPF sob o nº 662.722.035625-15, residente e domiciliada à rua Projetada, Fazenda Nova, nº 115, Bairro Atalaia, em Aracaju/SE, e o **Ministério Público do Estado de Sergipe, por meio da Procuradoria Geral de Justiça**, pessoa jurídica de direito público interno, com sede na Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505, Centro Administrativo Gov. Augusto Franco. Bairro Capucho, inscrita no CNPJ/MF sob nº 13.168.687/0001-10, representado neste Ato pelo Senhor Procurador-Geral de Justiça Dr. Manoel Cabral Machado Neto, brasileiro, inscrito no CNPJ/MF sob nº 13.168.687/0001-10, residente e domiciliado nesta Capital, resolvem firmar o presente Termo de Cooperação nas condições determinadas pelas cláusulas a seguir delineadas:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DO OBJETO

O instrumento de cooperação ora celebrado tem como objeto oportunizar as mulheres em situação de prisão do Presídio Feminino (PREFEM) o acesso à cidadania e à inserção no mercado de trabalho por meio de cursos de geração de renda, dentre outras ações, inclusive por meio das atividades do Projeto Florescer, conforme exposto no próprio projeto que é parte integrante deste pacto.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VIGÊNCIA

A Cooperação vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses a partir da data de assinatura, competindo ao Ministério Público a solicitação de nova pactuação.

CLÁUSULA TERCEIRA - DAS OBRIGAÇÕES DO MINISTÉRIO PÚBLICO

a) Executar o "Projeto Florescer", juntamente com os órgãos envolvidos;



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO
CONSUMIDOR – SEJUC



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

- b) Fazer reuniões com as mulheres em situação de prisão para esclarecimentos sobre o projeto;
- c) Ofertar escuta qualificada para encaminhamentos de demandas sociais e familiares das internas;
- d) Proporcionar cursos, contratados ou através de parcerias, com o objetivo de proporcionar geração de renda e a evolução pessoal das internas;
- e) Fomentar atividades de cunho cultural e educacional para as internas, especialmente através de contribuições para a Biblioteca do Prefem;
- f) Disponibilizar servidoras da Divisão de Serviço Social (DIVSS) do Ministério Público para as visitas de acompanhamento do Projeto e outras ações externas que se façam necessárias para o alcance de seus objetivos.

CLÁUSULA QUARTA – DAS OBRIGAÇÕES DA SEJUC

- a) Cooperar para a viabilidade do “Projeto Florescer”, juntamente com os órgãos envolvidos;
- b) Autorizar a reunião do Ministério Público com a Diretoria do PREFEM e com as internas para esclarecimento sobre todo o projeto;
- c) Autorizar o ingresso e a permanência da equipe do Ministério Público e dos parceiros ou profissionais contratados para implementação do “Projeto Florescer”, conforme programação a ser estabelecida semestralmente, de comum acordo entre as partes cooperantes;
- d) Disponibilizar local para oferecimento dos cursos e apresentar as internas selecionadas nos horários programados;
- e) Acompanhar as atividades desenvolvidas no âmbito do PREFEM, reportando ao Ministério Público as ocorrências que entender relevantes, com as sugestões pertinentes.
- f) Oferecer condições de segurança à equipe do Ministério Público para a realização das atividades.

CLÁUSULA QUINTA - FONTE DE RECURSOS

As despesas atinentes à execução do presente Termo de Cooperação, por parte do Ministério Público, correrão por conta de sua participação no Fundo Penitenciário do Estado de Sergipe – FUPEN/SE.

Parágrafo único. Não haverá quaisquer outros repasses de verbas entre as partes cooperantes.

CLÁUSULA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

No âmbito de cada instituição, os técnicos e servidores envolvidos no projeto se obrigam a respeitar as normas, regulamentos, instruções ou quaisquer outras disposições vigentes.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - SEJUC



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA SÉTIMA – DAS PRERROGATIVAS

O **Ministério Público do Estado de Sergipe** juntamente com a **Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor - SEJUC** detém a prerrogativa de coordenar, acompanhar e avaliar os resultados das ações constantes do Plano de Trabalho deste Termo de Cooperação.

Parágrafo Único: Sempre que julgar necessário qualquer um dos Partícipes poderá realizar visitas para acompanhar a execução e avaliar os resultados das atividades relacionadas ao objeto deste Termo de Cooperação, observadas as normas legais e regulamentares pertinentes.

CLÁUSULA OITAVA - DA INADIMPLÊNCIA E RESCISÃO

O presente Termo de Cooperação poderá ser rescindido, no todo ou em parte, pelo não cumprimento de qualquer das obrigações assumidas, por mútuo entendimento ou pela superveniência de fatos ou normas legais que o tornem materialmente impossível, devendo o conveniente prejudicado denunciar a necessidade da rescisão do mesmo.

CLÁUSULA NONA – DAS ALTERAÇÕES

O Termo de Cooperação, em qualquer época de sua vigência, poderá ser alterado por expressa manifestação dos órgãos convenientes, mediante Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA - DA DENÚNCIA

É facultado aos Partícipes denunciar este Acordo a qualquer tempo, mediante aviso escrito com antecedência mínima de 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DEMAIS CONDIÇÕES

Comunicações ou notificações inerentes a este Acordo, realizadas entre os Partícipes, far-se-ão por escrito.

Parágrafo Único. Qualquer tolerância de um dos Partícipes em relação ao outro só importará modificação dos termos deste Acordo se expressamente formalizada, e aceita pelo outro Partícipe.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DA PUBLICAÇÃO

O Ministério Público de Sergipe e a SEJUC farão publicar o extrato deste Termo de Cooperação, conforme preceitua o parágrafo único, do art. 61 da Lei nº 8.666/93, nos seus respectivos diários oficiais.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO
CONSUMIDOR – SEJUC



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DO DEVER DE SIGILO E DA LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS

Para os fins dispostos na Lei nº 13.709/18 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD) e na Lei nº 12.965/14 – Marco Civil da Internet, os partícipes, em comum acordo, se comprometem a manter política de conformidade junto ao seu quadro de servidores/empregados, notadamente em relação àqueles que terão acesso a dados pessoais gerais e dados pessoais sensíveis de terceiros que são ou que venham a ser custodiados, em razão do desempenho das atribuições a serem executadas por força do presente Acordo de Cooperação, sob pena de responsabilização administrativa, civil e criminal.

Subcláusula Primeira – Os partícipes se obrigam a manter a confidencialidade sobre os dados e informações sigilosas (assim consideradas as protegidas por sigilo legal e cuja restrição de acesso esteja prevista nos termos da Lei nº 12.527/11 e da Lei nº 13.709/18 – LGPD), eventualmente compartilhadas na vigência do Acordo de Cooperação, vedada sua comunicação a terceiros, seja direta ou indiretamente, sob pena de responsabilização por violação de sigilo, conforme normas aplicáveis.

Subcláusula Segunda – É vedado o uso das informações, dados e/ou base a que se tenha acesso em função do presente instrumento para fins distintos ao cumprimento de seu objeto, ressalvados o cumprimento de ordens ou requisições de órgão de controle, de decisões judiciais ou de outras obrigações legais, bem como as hipóteses de exclusão da aplicabilidade da Lei Geral de Proteção de Dados – LGPD.

Subcláusula Terceira – Os dados pessoais obtidos a partir do acordo do termo de cooperação serão eliminados após o término de seu tratamento, no âmbito e nos limites técnicos das atividades, sendo permitida a conservação para as finalidades, estabelecidas no art. 16 da Lei nº 13.709/18 (“Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD”).

Subcláusula Quarta – Os partícipes ficam obrigados a comunicar, em até 24 (vinte e quatro) horas do conhecimento, qualquer incidente de acessos não autorizados aos dados pessoais, situações acidentais ou ilícitas de destruição, perda, alteração comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito, bem como adotar as providências dispostas no art. 48 da LGPD.

Subcláusula Quinta – Os partícipes, nos termos do inciso III, art. 23, Lei nº 13.709/2018, comprometem-se a informar um ao outro o respectivo Encarregado de Dados (DPO), que atuará como canal de comunicação entre o controlador, os titulares dos dados e a Autoridade Nacional de Proteção de Dados (ANPD).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DO FORO

Fica eleito o Foro da Cidade de Aracaju, Estado de Sergipe, como competente para dirimir as questões decorrentes deste instrumento, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiados que seja.



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO
CONSUMIDOR – SEJUC



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

E por estarem assim justos e contratados, assinam o presente instrumento em 02 (duas) vias de igual teor, e para um só efeito, em presença das testemunhas que abaixo subscrevem.

Aracaju 07 de março de 2023

Manoel Cabral Machado Neto
PROCURADOR-GERAL DE JUSTIÇA
Ministério Público de Sergipe

Maria Cristina da Gama e Silva Foz Mendonça
Procuradora de Justiça

Luís Cláudio Almeida Santos
Promotor de Justiça

Viviane Cruz Pessoa
Secretária de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - SEJUC



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 007/2023

PLANO DE TRABALHO

1 - DADOS DO PROPONENTE

Órgão/Entidade Proponente				C.G.C.	
Ministério Público do Estado de Sergipe				13.168.687/0001-10	
Endereço					
Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505, Centro Administrativo Gov. Augusto Franco, Bairro Capucho					
Cidade	U.F.	C.E.P.	DDD/Telefone	FAX	E.A.
Aracaju	SE	49081-000	(79) 3209-2400		Estadual
Nome do Responsável			E-Mail		C.P.F.
Manoel Cabral Machado Neto					
C.I./Órgão expedidor		Cargo	Função	Matrícula	
		Procurador Geral de Justiça			
Endereço do Responsável					C.E.P.
Av. Conselheiro Carlos Alberto Sampaio, 505, Centro Administrativo Gov. Augusto Franco, Bairro Capucho					49081-000

2 - DADOS DO CONCEDENTE

Órgão/Entidade Concedente				C.G.C.	
Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor				13.128.798/0022-28	
Endereço					
Av. Beira Mar, nº 180, Bairro Treze de Julho					
Cidade	U.F.	C.E.P.	DDD/Telefone	FAX	E.A.
Aracaju	SE	49.020-010	(79) 3179-7500		Estadual
Nome do Responsável			E-Mail		C.P.F.
Viviane Cruz Pessoa			gabsec.sejuc@sejuc.se.gov.br		662.722.035625-15
C.I./Órgão expedidor		Cargo	Função	Matrícula	
1.189.795-SSP/SE		Secretária de Estado	--	--	
Endereço do Responsável					C.E.P.
Av. Beira Mar, 180, Aracaju/Se					49.020-010



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO
CONSUMIDOR - SEJUC



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

3 - DESCRIÇÃO DO PROJETO

Título do Projeto		Período de Execução	
Projeto "FLORESCER"		Início 2023	Término 2028
Identificação do Projeto			
<p>O instrumento de Termo de Cooperação ora celebrado tem como objeto oportunizar às mulheres em situação de prisão do Presídio Feminino (PREFEM) o acesso à cidadania e ao mercado de trabalho por meio de cursos de geração de renda, promovendo a inclusão social através de atividades do Projeto Florescer.</p>			
Justificativa			
<p>A implantação do Projeto Florescer, através do presente Termo de Cooperação Técnica, além de outras ações correlacionadas neste Termo, justifica-se na medida em que a cidadania é uma construção sócio-histórica e um exercício contínuo de atitudes, que se refletem no reconhecimento e concretização de direitos e deveres.</p> <p>Sendo assim, a continuidade da parceria tem a perspectiva de viabilizar às pessoas em situação de prisão oportunidades de escolha para que estas tenham a possibilidade de reconstruir seus projetos de vida por meio do trabalho formal, minimizando as possibilidades de um retorno à práticas que culminam na reclusão.</p>			

4 - CRONOGRAMA DE EXECUÇÃO (Ação, Etapa ou Fase e Meta)

Ação			Meta	Duração 05 anos	
Nº	Especificação	Etapa/Fase		Início	Término
01	Cursos profissionalizantes para inserção da mulher em situação de prisão no mercado de trabalho	01	Disponibilizar cursos para as mulheres em situação de prisão no Presídio Feminino	2023	2028

5- DO PRAZO DE EXECUÇÃO DO PROJETO

O Prazo para execução do presente Plano de Trabalho coincide com o do próprio Termo de Cooperação Técnica, que vigorará pelo prazo de 60 (sessenta) meses, a partir da data de assinatura.

6- EXECUÇÃO DO REPASSE FINANCEIRO

Não existe repasse financeiro entre os partícipes.

2



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO
CONSUMIDOR – SEJUC



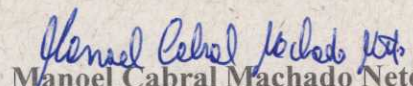
MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA

7 – DECLARAÇÃO DO PROPONENTE

Na qualidade de representante legal do Proponente, declaro, para fins de prova junto à Administração Pública, para os efeitos e sob as penas da lei, que inexistem quaisquer débitos em mora ou situação de inadimplência com o Tesouro do Estado ou qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Direta e Indireta, que impeça a assinatura deste Plano de Trabalho.

Pede deferimento,

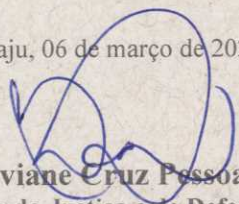
Aracaju, 06 de março de 2023.


Manoel Cabral Machado Neto
Procurador-Geral de Justiça do Estado de Sergipe

8 - APROVAÇÃO PELO CONCEDENTE

Aprovado

Aracaju, 06 de março de 2023.


Viviane Cruz Pessoa
Secretária de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor



SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR

RECORTE DE PUBLICAÇÃO

quarta-feira, 15 de Março de 2023 Aracaju - Sergipe

Diário Oficial

Nº 29.114

6

ESTADO DE SERGIPE
SECRETARIA DE ESTADO DA JUSTIÇA E DE DEFESA DO CONSUMIDOR
TERMO DE COOPERAÇÃO TÉCNICA Nº 07/2023
Extrato de Publicação

Proc. nº 223/2023-COOP.-SEJUC

Parecer nº 726/2023 - PGE

Participes: Secretaria de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor - SEJUC e o Ministério Público do Estado de Sergipe - MPSE.

Objeto: O presente Termo de Cooperação Técnica tem por objeto oportunizar as mulheres em situação de prisão do Presídio Feminino (PREFEM) o acesso a cidadania e a inserção no mercado de trabalho por meio de cursos de geração de renda, dentre outras ações, inclusive por meio das atividades do Projeto Florescer, conforme exposto no próprio projeto que é parte integrante deste pacto.

Vigência: 07/03/2023 a 07/03/2028.

Prazo: 60(sessenta) meses.

Data da Assinatura: 07/03/2023.

VIVIANE CRUZ PESSOA

Secretária de Estado da Justiça e de Defesa do Consumidor